



**ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

RESOLUÇÃO Nº 008 / 2007

2ª CÂMARA

SESSÃO DE: 07/11/ 2006

PROCESSO DE RECURSO Nº 1/3928/2005

AUTO DE INFRAÇÃO: 2/200504114

RECORRENTE: TRANSPORTADORA COMETA S/A.

RECORRIDO: CELULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTANCIA

RELATOR CONS: ILDEBRANDO HOLANDA JUNIOR

EMENTA. Entregar, Transportar, Receber, Estocar ou Depositar Mercadoria acompanhada de documentação fiscal sem o selo fiscal de transito. Fundamentação nos arts. 153 155,157e 159 do Dec. 24.569/97 e penalidade no art. 123, inciso III, letra "m" da Lei nº12.670/96 alterado pela Lei nº 13.418 de 03 de dezembro de 2003.Base de Cálculo R\$41.025,76.Autuado revel. Decisão condenatória. Recurso voluntário alega ter feito outro trajeto não encontrando posto fiscal para selagem do selo. A Consultoria opina pela manutenção da decisão monocrática. A 2ª Câmara reforma decisão de 1ª instancia e declara a nulidade do feito fiscal, por maioria de votos.

RELATORIO

O presente Auto de infração trata de Entregar, Transportar, Receber, Estocar ou Depositar Mercadoria acompanhada de documentação fiscal sem o selo fiscal de transito. Fundamentação nos arts. 153 155,157e 159 do Dec. 24.569/97 e penalidade no art. 123, inciso III, letra "m" da Lei nº12.670/96 alterado pela Lei nº 13.418 de 03 de dezembro de 2003.Base de Cálculo R\$41.025,76.Autuado revel. Decisão condenatória. Recurso voluntário alega ter feito entrada no Estado por local que não havia Posto Fiscal para selagem do selo. A Consultoria opina pela manutenção da decisão monocrática. A 2ª Câmara reforma decisão de 1ª instancia e declara a nulidade do feito fiscal, por maioria de votos.

VOTO DO RELATOR

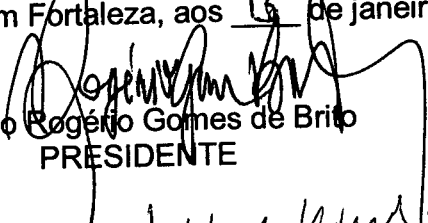
Merece reforma a tese do julgador e acolhida a tese do recorrente. Ao adentrar o território Cearense por rodovia, na qual não existia Posto Fiscal em sua fronteira, não há como exigir desse contribuinte selagem de notas fiscais. O Contribuinte procurou o primeiro Posto Fiscal do percurso e somente ao cruzar a perimetral de Fortaleza com sentido para Sobral encontrou o Posto Fiscal de Caucaia, no qual encaminhou voluntariamente para efetuar a selagem sendo, portanto autuado indevidamente. Entendo que não foi dada oportunidade ao Contribuinte para a selagem da Nota Fiscal e tendo contra si uma autuação inesperada. O principio da espontaneidade ficou prejudicado devendo o Presente Auto de infração ser julgado nulo de pleno direito. As ponderações do julgador de 1ª instancia não retiram da lide o caráter de nulidade do presente feito e em consequência disso, voto para que se conheça do Recurso voluntário, dou-lhe provimento para reformar a decisão condenatória exarada pela 1ª instancia e declarar a nulidade do presente feito por cerceamento do direito de defesa ao exercício da espontaneidade, nos termos do voto deste Relator e de acordo com o parecer da Consultoria Tributária aprovado pela douta Procuradoria Geral do Estado modificado em sessão. É como voto.

DECISÃO:

Vistos, Relatados e Discutidos os presentes autos, em que é
recorrente TRANSPORTADORA COMETA S/A e recorrido CELULA DE
JULGAMENTO DE 1ª INSTANCIA,

RESOLVEM os membros da 2ª Câmara do Conselho de Recursos
Tributários, por maioria de votos, conhecer do recurso voluntário, dar-lhe
provimento, para reformar a decisão condenatória proferida pela 1ª instancia, e em
grau de preliminar, declarar a nulidade do processo, nos termos do voto do
Conselheiro Relator e em desacordo com o parecer da Consultoria tributária
aprovado pela douta Procuradoria Geral do Estado. Foram contrários a nulidade
os Conselheiros José Maria Vieira Mota, Sandra Maria Tavares Menezes de
Castro e Regineusa de Aguiar Miranda. Presente para sustentação oral do
recurso, o representante legal da recorrente, Dr. Fernando Falcão.

SALA DAS SESSÕES DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE
RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 15 de janeiro de 2.007.


Alfredo Rogério Gomes de Brito
PRESIDENTE


Sandra Maria Tavares Menezes de Castro
CONSELHEIRA


Ildebrando Holanda Junior
CONSELHEIRO RELATOR


Francisca Marta de Sousa
CONSELHEIRA


Rodolfo Licurgo Tertulino de Oliveira
CONSELHEIRO


José Maria Vieira Mota
CONSELHEIRO


Marcelo Reis de Andrade Santos Filho
CONSELHEIRO


Regineusa de Aguiar Miranda
CONSELHEIRA


Vanessa Albuquerque Valente
CONSELHEIRO


Ubiratan Ferreira de Andrade
PROCURADOR DO ESTADO